PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA CONSTRUÇÃO COLETIVA

Mauricio Silveira, Helena Farias de Barros, Carmen Lúcia Dias

Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE, Mestrado em Educação, Presidente Prudente, SP. E-mail: silveira@viaplus.com.br

RESUMO

O artigo, ponto correlato da Dissertação de Mestrado que desenvolvemos, intitulado Projeto Pedagógico do Curso de Direito e as Diretrizes Curriculares Nacionais: Estudo Exploratório. O objetivo deste estudo foi chamar a atenção para a importância legal e fática do Projeto Político Pedagógico (PPP) para as instituições de ensino, em especial, para as Instituições de Ensino Superior (IES) que preparam o educando para a vida profissional e o convívio social. A metodologia constou de pesquisa bibliográfica para identificar os pontos importantes do planejamento; a observação do Projeto Pedagógico frente as Diretrizes Curriculares Nacionais e o levantamento dos mecanismos físicos adotados pelos cursos existentes no mercado. Os resultados foram no sentido de que os cursos contam com sites que proporcionam a aproximação dos envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem. Concluímos que referidos instrumentos podem ser utilizados para possibilitar o trabalho conjunto de todos os agentes envolvidos no processo educacional, possibilitando o desenvolvimento constante do PPP.

Palavras - chave: Projeto. Planejamento. Pedagógico. Conjunto. Ensino. Superior.

POLITICAL EDUCATIONAL PROJECT: A COLLECTIVE CONSTRUCTION

ABSTRACT

The article, correlative point the Master's Thesis we develop, entitled Education Programme of Law Course and the National Curriculum Guidelines: Exploratory Study. The objective of this study was to draw attention to the legal and factual importance of the Pedagogical Political Project (PPP) for educational institutions, especially, for Higher Education Institutions (HEI) that prepare the student for work and socializing social. The methodology consisted of bibliographical research to identify the important points of planning; the observation of the Education Programme opposite the National Curriculum Guidelines and the removal of physical mechanisms adopted by existing courses on the market. The results were in that the courses have websites that provide the approach of those involved in the teaching and learning. We concluded that these instruments can be used to establish the joint work of all those involved in the educational process, enabling the constant development of the PPP...

Keywords: Project. Planning. Pedagogical. Set. Education. Superior.

INTRODUÇÃO

Não se faz mais possível buscar um objetivo complexo, como a educação, sem uma programação pensada e idealizada.

Mas não basta simplesmente, o desenvolvimento de um projeto; quando se trata do desenvolvimento humano, em razão do dinamismo que envolve suas relações diárias, é necessário um constante repensar da programação e, corriqueiramente, uma nova adequação dos objetivos para alcançar o perfil pretendido do educando.

O objetivo deste estudo foi convencer que o Projeto Pedagógico deve e pode ser constantemente repensado e revisitado com a participação de todos os agentes envolvidos no processo de ensino e de aprendizagem por meio da internet.

METODOLOGIA

Tratou-se de pesquisa qualitativa que partiu do levantamento bibliográfico sobre a elaboração do Projeto Pedagógico e seus elementos organizadores para proceder à análise de dados públicos acerca da instituição, incluindo o próprio PP e do estudo das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Direito, recebendo parecer favorável do CCPq e do CEP n. 1901.

RESULTADOS

Foi encontrado um universo de informações que levam a acreditar na possibilidade de aprimoramento contínuo do PPP por meio de site já em funcionamento e que pode contribuir enormemente para a divulgação, compreensão e aprimoramento do Projeto Pedagógico.

DISCUSSÃO

1. O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP) E SUA IMPORTÂNCIA

O PPP passou a ser visto como peça fundamental no Brasil a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96, que em seus artigos 12 a 14 estabeleceram a sua obrigatoriedade na educação básica.

Sob duas dimensões, política e pedagógica, é comprometido com a formação do aluno que atuará individual e coletivamente permeando os rumos da sociedade e possibilitando a imposição dos objetivos da escola na organização de suas atividades.

Para Casiana Macedo (2014, p. 1):

[,,,] o PPP é marcado por rupturas com o presente em busca de construções para o futuro. Para a instituição o PPP é reflexo das palavras de

Gadotti (2001, p. 34)2: “um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

A Escola observa a realidade dos sujeitos envolvidos e busca as condições para o desenvolvimento das ações planejadas. Visa à formação de parcerias no sentido de promover a articulação dos vários segmentos e preza o respeito pela diversidade de opiniões que permitirão o crescimento coletivo. Conforme VASCONCELLOS (1999. P. 172): “[...] a função do projeto é justamente ajudar a resolver problemas, transformar a prática e, no limite, tornar menor o sofrimento [...] é uma metodologia de trabalho que possibilita re-significar a ação de todos os agentes da escola”.

É necessária uma ação consciente para as reais necessidades da educação. O projeto apresenta um referencial teórico, um método de enfrentamento dos desafios da escola de maneira refletida, sistematizada, orgânica, científica e participativa, para abrir a possibilidade de um maior número de desejos ou metas rumo à difícil missão de “construção de uma nova prática” (VASCONCELLOS, 1999, p. 172.

As habilidades, o saber-fazer, devem respeitar um eixo articulado teoria-prática, possibilitando a aplicação do conhecimento em contextos reais e quando contextualiza o aprendizado em situações-problema reais com a aplicação profissional do objeto de estudo tem-se a competência, os valores da profissão, *saber teórico; saber sobre o contexto, saber-fazer técnico, operativo, o saber-fazer em relação aos procedimentos, saber-ser social*, imprescindíveis para a formação do bom profissional:

A competência, enquanto capacidade complexa manifestada na prática, representa uma estrutura dinâmica e organizada do pensamento que permite analisar, avaliar e compreender o contexto no qual o indivíduo age. Permite **decidir, utilizar, modificar e mobilizar os recursos** disponíveis para resolver, com sucesso, determinados problemas reais da prática profissional. Faz-se necessário, nesse caso, considerar que **o agir competente constitui uma atividade reflexiva**, que caracteriza o agir do indivíduo numa esfera dada de sua atividade, sem apenas fazer uso de meras respostas automáticas ou de rotina. (OLIVEIRA, 2002, p. 19).

Não há exagero em considerar a reconstrução da prática a todo o momento e modificar as premissas do agir para solucionar o problema enfrentado com base teórica, habilidade no fazer e criatividade. A ação será reflexiva porque o professor aprendeu a raciocinar antes, durante e depois da ação, uma evolução profissional permanente.

As competências e habilidades devem ser desenvolvidas na escola enquanto formadora de pessoas, profissionais a serviço da sociedade. Eis a razão da evolução constante e do dinamismo

no desenvolvimento contínuo do PPP, cujos objetivos devem ser fixados por alunos, professores, administradores e todos que participam direta ou indiretamente, interna ou externamente no processo de aprendizagem. Seu conteúdo estará fixado nas necessidades da sociedade a que o futuro profissional será inserido.

Na pré-concepção do projeto-pedagógico a utopia pode e deve fazer exercer uma carga de valores. No que pese o termo utopia aferir de antemão uma carga negativa e costumar associar-se com coisas impossíveis de realizar ou desejos inalcançáveis, deve ser utilizada juntamente com a ilusão para a sua concepção:

[...] reiteremos que as utopias desempenham um papel fundamental na germinação dos projetos e uma eventual renúncia às utopias poderia significar, simbolicamente, uma perda de vontade de transformar globalmente a realidade, de construir a história (MACHADO, 2004, p. 15).

[...] “Ter ilusões”, portanto, é achar que vale a pena estar no jogo, é permanecer jogando, seguindo as regras e buscando resultados; não ter ilusões é crer que não vale a pena prosseguir seguindo as regras, é desistir de jogar o jogo da vida. [...] Sem ilusões, não se é – ou se permanece – professor. Um professor precisa de elusão pelos anunos. Precisa acreditar na sementeira, na fecundidade de um trabalho que, sob muitos aspectos, assemelha-se ao de Sísifo, condenado a rolar eternamente morro acima uma pedra que, noite após noite, retorna à base do morro. [...] Se é verdade que não se vive só de sonhos, só de ilusões, que nos alimentamos como seres humanos dos projetos que realizamos, também o é que sem sonhos, sem ilusões, sem *élan vital*, sem esperança, sem vontade de viver – ou de jogar – não se fazem projetos. (MACHADO, 2004, p. 11/12)

A escola precisa declarar suas metas, estabelecer sua identidade e fixar o perfil do profissional que almeja. Tais decisões requerem a participação geral dos docentes, rumo a interdisciplinaridade, a pluridisciplinaridade e a transdisciplinaridade dos conhecimentos, sem os quais não se atinge o modelo de profissional reflexivo, um trabalho coletivo.

2. Perfil do Egresso

O perfil do profissional que se pretende é o espectro que o PPP persegue para orientar sua organização didático-pedagógica. Além de desempenhar seu papel, deverá ainda, no contexto social, formar opiniões, orientar seus pares enquanto cidadão.

As profissões estão em constante evolução, em especial, aquelas embasadas no Direito, que, *de per se*, é uma ciência dinâmica. O profissional para o dia a dia forense tem que adquirir a competência que a prática e a sociedade necessitam para ser capaz de atender as expectativas que sua carreira exige.

Assim, o seu perfil deve se desenvolver com a participação de todos os interessados; sejam diretamente envolvidos com o processo de aprendizagem, como a própria comunidade encarada no sentido micro ou macro, suscitando as capacitações básicas requeridas num determinado momento histórico; especificando-as em caráter geral enquanto profissional e específico, consideradas as áreas de conhecimento ou linhas curriculares propostas pelo curso.

Muito se discute acerca da qualidade do ensino com base em premissas muitas vezes pouco científicas. As opiniões gravitam em torno do ruim, boa, medíocre, excelente, etc., na maior parte das vezes, com base na ignorância de quem opina seja em razão do total desconhecimento do próprio aluno da existência do PPP, de onde deveria retirar as premissas para avaliar se adquiriu durante o curso o perfil enunciado, ou, quem sabe imaginar se procurou ou esteve receptivo para que a IES pudesse implementar esse mister, seja em razão da cultura do exame, sofrível, mas utilizado para conferir o grau de aprendizado do educando. Para BARRIGA (2001: p. 54/55):

Todo mundo sabe que o exame é o instrumento a partir do qual se reconhece administrativamente um conhecimento, mas igualmente reconhece que o exame não indica realmente qual é o saber de um sujeito [...] foi um instrumento criado pela burocracia chinesa para eleger membros das castas inferiores [...] é uma herança do século XIX à pedagogia.

No curso de Direito se considera a aprovação dos alunos em concursos públicos ou no próprio Exame da Ordem.¹ Para LIBÂNEO (2008, p. 66):

Em outras palavras, a escola com qualidade social significa a inter-relação entre qualidade formal e política, é aquela baseada no conhecimento e na ampliação de capacidades cognitivas, operativas e sociais, com alto grau de inclusão.

Necessário o desenvolvimento de *habilidades e competências* que assegurem ao egresso o *alto grau de inclusão social*, isso não se confere por um simples exame.

3. EVOLUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP)

Os objetivos traçados perpassam pela organização pedagógica viável; de encontro com os interesses sociais e as condições favoráveis e desfavoráveis da própria escola:

[...] temos que nos alicerçar nos pressupostos de uma teoria pedagógica crítica viável, que parta da prática social e esteja compromissada em solucionar os problemas da educação e do ensino de nossa escola [...].

---

¹ Ver in: <http://noticias.terra.com.br/educacao/ranking-oab/>, acesso em 16/06/2014.

Para que a construção do projeto político-pedagógico seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea, mas propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente” (Veiga 1995, p. 14/15).

São importantes as circunstâncias que envolvem o trabalho escolar, desde o perfil dos professores orientados pelos objetivos da instituição até as condições políticas, econômicas e sociais que a escola está inserida.

Com a necessidade de pensar, refletir ou idealizar a organização do trabalho e aperfeiçoar seu encaminhamento, a instituição terá que idealizar e perseguir o possível, considerando o que tem, com a consciência do que é e do que deseja ser e alcançar, ou seja: “[...] o projeto segue e persegue um rumo, uma direção. Suas ações e decisões são intencionais, [...] um significado explícito, assim como têm compromissos definidos e assumidos pelo coletivo que vai implementá-lo” (PINTO; RANGEL, 2004, p. 253).

Um projeto que não respeita a realidade social onde a instituição está inserida provoca desacertos incontroláveis. Em conferência, no 2º Fórum Mundial de Educação, em Porto Alegre (RS), 2003, Bernard Charlot, sustentou o seguinte:

[...] A repetência é politicamente injusta (e economicamente onerosa): as estatísticas mostram que o risco de repetência é muito maior para os alunos de famílias pobres do que para os alunos oriundos das classes médias. [...] se o aluno passa para a série seguinte sem ter nível, ele não aprende nada, a classe torna-se mais difícil para o professor e outros alunos de famílias pobres, que antes não tinham dificuldade, também correm o risco de repetir. [...] uma contradição entre o princípio político, justo, e as conseqüências pedagógicas de sua aplicação [...] Por trás do que às vezes parece ser uma escolha técnica, operam valores éticos e políticos, uma certa representação do ser humano, da sociedade, das relações que cada um deve manter com o mundo, com outros, consigo mesmo. [...] não é apenas um programa de ações, de organização, de gestão, mas remete a valores fundamentais. O inglês distingue dois termos: *politics of education* e *policy of education*. O primeiro remete à organização, ao programa, à gestão; o segundo remete a valores, a um projeto de homem e sociedade. É preciso considerar que a pedagogia tem uma dimensão política no primeiro sentido do termo, mas também, e mais ainda, no segundo sentido.

O PPP não pode ser idealizado baseado exclusivamente na pedagogia, deve considerar valores fundamentais sociais, tomando por base a organização micro e macro da sociedade, mas a questão pedagógica importante. Orientará e organizará a sala de aula, devendo ultrapassar a

metodologia simplista da transmissão do conhecimento, exigindo profissional competente para isto.

Ainda se alimenta a cultura da aula expositiva e de respostas pré-constituídas exigidas pelo professor como *standart* do saber. Conforme ANASTASIOU²:

[...] Historicamente, sabe-se que o modelo jesuítico, presente desde o início da colonização do Brasil pelos portugueses, apresentava em seu manual, *Ratio Sudiorum* – datado de 1599, os três passos básicos de uma aula: preleção do conteúdo pelo professor, levantamento de dúvidas pelos alunos e exercícios para fixação, **cabendo ao aluno a memorização para a prova.** grifamos

Conforme PIMENTA (1998, p. 21/22):

[...] qualidade pode ser definido por professores capacitados, com formação específica e experiência, selecionados por critérios de competência, [...] A organização administrativa da escola precisa colocar-se a serviço do pedagógico, o que significa: [...] compor turmas, turnos e horários adequados a critérios pedagógicos [...] prever capacitação em serviço e assistência didático-pedagógica constante aos professores, de forma a assegurar o retorno dos benefícios da escola; definir equipes didático-pedagógicas [...] de assessoria à atividade docente [...]; assegurar horários para reuniões pedagógicas, [...], para a troca de experiências, para o estudo sobre temas [...]; articular as disciplinas do currículo de modo a assegurar conteúdos orgânicos; acompanhar o rendimento dos alunos e prever formas de suprir possíveis requisitos, sem rebaixar o nível do ensino.

Não é o que vem ocorrendo com o ensino de maneira geral. Busca-se resultados em exames e continuamos a fazer o que é cômodo. Para ANASTASIOU³:

[...] o aluno demonstra que aprendeu o conceito ensinado, o professor considera que já realizou o seu papel de “ensinante” e passa a dizer o novo conteúdo do programa. [...] propicia ao aluno o resultado necessário para sua aprovação na disciplina, no ano e no curso, porém não garante o “apropriar-se”. [...] A lógica dialética considera que, além dos princípios de identidade e negação, na base do processo de construção do conhecimento, estão os princípios de movimento, contradição, existência de uma visão inicial e sincrética trazida pelo aluno e de uma possibilidade de análise intencional e sistemática, visando a construção de sínteses, sempre provisórias, a serem efetivadas no processo do pensar humano, em **ação conjunta de alunos e professores.** grifamos

Cada professor deve localizar historicamente sua disciplina, atendendo o contexto global das disciplinas no PPP. Como atividade coletiva, o professor precisa desenvolver o trabalho em equipe não só para aprender como também para fazer apreender⁴.

² In: <http://fipa.com.br/facfipa/ise/pdf/capitulo1.pdf>, acesso em: 19 JUN. 2014, p. 1.

³ Idem, Ibidem, p. 10/11.

Verificou-se que a IES estudada apresenta órgãos colegiados, em especial, um com a finalidade de conceber e atualizar o projeto pedagógico do curso. Ainda disponibiliza um site que permite a todos os sujeitos do processo de ensino e aprendizagem a integração, até em tempo real.

Referido sistema de integração, mediante login e senha, permite a publicação de artigos, informações acadêmicas, acesso a biblioteca, disponibiliza *Downloads* etc. Nesse sistema estão integrados alunos, professores, coordenadores e funcionários em geral.

CONCLUSÕES

O principal objetivo do PPP é estabelecer e buscar o perfil do profissional desejado, mediante um trabalho conjunto, para atender aos anseios da sociedade, consideradas as condições e necessidades sociais locais, regionais e nacionais, sem descuidar da personalidade das pessoas diretamente ligadas ao processo educativo, aqueles que se incumbem do fazer apreender ou o aluno, mediante o desenvolvimento de recursos e habilidades que integram o conteúdo necessário para a emancipação profissional.

Não é difícil admitir como aspecto importante do desenvolvimento do PPP a participação dos interessados em sua concepção e atualização. Assim fica a sugestão, que pode ser adotada nos cursos de nível superior, dado ao fato de a sua grande maioria já estar com todos os sujeitos do processo de ensino e de aprendizagem interligados pela internet, por sites oficiais de suas instituições ou até pela criação de grupos específicos e fechados nos mais variados sistemas de comunicação hoje existentes.

É possível disponibilizar a todos o PPP, a legislação e as resoluções oficiais acerca de sua construção, informações para que qualquer possa oferecer sugestões ou críticas, bastando uma filtragem de informações para a discussão do órgão colegiado das críticas e sugestões oferecidas. Tem-se aí, um mecanismo democrático e o registro das participações dos interessados na concepção e atualização do projeto pedagógico.

REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, Léa da Graças Camargos. **Ensinar, aprender, apreender e processos de ensinagem**. Disponível em: <<http://fipa.com.br/facfipa/ise/pdf/capitulo1.pdf>>.

---

⁴ A expressão foi utilizada no sentido dado pela autora, ou seja, aprender é receber informação enquanto apreender exige mais, na direção do segurar, assimilar mentalmente, entender e compreender, portanto, por parte do aluno “exige ação constante e consciente: exige se informar, se exercitar, se instruir.”

CHARLOT, BERNARD. **Projeto Político e Projeto Pedagógico**. Disponível em: http://www.pead.faced.ufrgs.br/sites/publico/eixo5/organizacao_escola/modulo3/ppp.pdf. Acesso em: 11/08/2014.

BARRIGA, Ángel Díaz. **Uma polêmica em relação os exame in** Avaliação: uma prática em busca de novos sentidos /ESTEBAN, Maria Teresa (org.); 3ª edição, Rio de Janeiro, DP&A editora, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola : teoria e prática**. Goiânia : MF Livros, 5ª Ed., 2008.

MACEDO, Cassiana. **A Importância do Projeto Político Pedagógico na Educação Básica**. Disponível em: <http://lendoerelendocl.blogspot.com.br/2013/03/a-importancia-do-projeto-politico.html>. Acesso: 26/04/2014.

MACHADO, Nílson José Carlos. **Educação : projetos e valores**. São Paulo : Escrituras Editora, 5ª Ed., 2004. (Coleção ensaios transversais).

OLIVEIRA, Vilma Q. Sampaio F. de (org.) ... [et AL.]. **O Sentido das Competências no Projeto Político-Pedagógico**. Natal (RN) : EDUFRRN – Editora da RFRN, 2002. (Coleção Pedagógica; n.3).

PIMENTA, Selma Garrido. **A Construção do Projeto Pedagógico na Escola de 1º Grau**. Disponível em: <http://www.drb-assessoria.com.br/AConstrucaoDoProjetoPedagogicoNaEscolade1Grau.pdf>. Acesso: 11/08/2014.

PINTO, Luciano Abreu de Miranda; RANGEL, Mary. **Revista Brasileira de Educação Médica**. V. 28. Rio de Janeiro: 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **PLANEJAMENTO: Projeto Ensino-Aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico – elementos metodológicos para a elaboração e realização**. 5ª Ed. São Paulo: Libertad, 1999.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola : Uma Construção Possível**. Campinas : Papirus, 1995. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).